

Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento



Sally Burch

Estamos vivendo numa época de mudanças ou numa mudança de época? Como caracterizar as profundas transformações que acompanham a acelerada introdução na sociedade da inteligência artificial e as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC)? Trata-se de uma nova etapa da sociedade industrial ou estamos entrando numa nova era? “Aldeia global”, “era tecnocrônica”, “sociedade pós-industrial”, “era - ou sociedade - da informação” e “sociedade do conhecimento” são alguns dos termos cunhados com a intenção de identificar e entender o alcance destas mudanças. Mas, enquanto o debate continua no âmbito teórico, a realidade se adianta e os meios de comunicação escolhem os nomes que temos de usar.

Fundamentalmente, qualquer termo que usemos é um atalho que nos permite fazer referência a um fenômeno - atual ou futuro - sem ter de descrevê-lo todas as vezes; mas o termo escolhido não define, por si só, um conteúdo. O conteúdo surge dos usos em um dado contexto social que, por sua vez, influem nas percepções e expectativas, uma vez que cada termo carrega consigo um passado e um sentido (ou sentidos), com sua respectiva bagagem ideológica. Era de se esperar, então, que qualquer termo que se queira empregar para designar a sociedade na qual vivemos, ou à qual aspiramos, seja objeto de uma disputa de sentidos, por trás da qual se confrontam diferentes projetos de sociedade.

No contexto da Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), há dois termos que ocuparam o cenário: sociedade da informação e sociedade do -conhecimento com suas respectivas variantes. Mas, apesar de o âmbito ter imposto o uso do primeiro, desde o início houve falta de conformidade e nenhum termo conseguiu um consenso.

História dos termos

Sociedade da informação

Na década passada, “sociedade da informação” foi, sem dúvida, a expressão que se consagrou como o termo hegemônico, não porque expresse necessariamente uma clareza teórica, mas graças ao batismo que recebeu nas políticas oficiais dos países mais desenvolvidos e a glorificação que significou ter uma Cúpula Mundial dedicada à sua honra.

Os antecedentes do termo, contudo, datam de décadas anteriores. Em 1973, o sociólogo estadunidense Daniel Bell introduziu a noção da “sociedade de informação” em seu livro *O advento da sociedade pós-industrial* [1]. Neste livro, ele formula que o eixo principal desta sociedade será o conhecimento teórico e adverte que os serviços baseados no conhecimento terão de se converter na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação, onde as ideologias serão supérfluas.

Esta expressão reaparece com força nos anos 90, no contexto do desenvolvimento da Internet e das TIC. A partir de 1995, foi incluída na agenda das reuniões do G7 (depois, G8, onde se reúnem os chefes de Estado ou governos das nações mais poderosas do planeta). Foi abordada em fóruns da Comunidade Européia e da OCDE (os trinta países mais desenvolvidos do mundo) e foi adotada pelo governo dos Estados Unidos, assim como por várias agências das Nações Unidas e pelo Banco Mundial. Tudo isso com uma grande repercussão mediática. A partir de 1998, foi escolhida, primeiro na União Internacional de Telecomunicações e, depois, na ONU para nome da Cúpula Mundial programada para 2003 e 2005.

Neste contexto, o conceito de “sociedade da informação” como construção política e ideológica se desenvolveu das mãos da globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e “auto-regulado”. Política que contou com a estreita colaboração de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para que os países fracos abandonem as regulamentações nacionais ou medidas protecionistas que “desencorajassem” o investimento; tudo isso com o conhecido resultado da escandalosa intensificação dos abismos entre ricos e pobres no mundo.

Na verdade, no final do século, quando a maioria dos países desenvolvidos já havia adotado políticas de desenvolvimento da infra-estrutura das TIC, ocorre o espetacular auge do mercado de ações da indústria das comunicações. Entretanto, os mercados do Norte começam a se saturar. Assim, intensificam-se as pressões com relação aos países em desenvolvimento para que deixem a via livre ao investimento das empresas de telecomunicações e informática em busca de novos mercados para absorver seus excedentes de lucros. Neste contexto convocado pela CMSI; esse panorama se modifica, entretanto, uma vez que a bolha do mercado de ações estoura, a partir do ano 2000. No entanto, esta realidade e o papel-chave que as tecnologias da comunicação desempenharam na aceleração da globalização econômica, sua imagem pública, está mais associada aos aspectos mais “amigáveis” da globalização como a Internet, a telefonia celular e internacional, a TV via satélite, etc. Assim, a sociedade da informação assumiu a função de

“embaixadora da boa vontade” da globalização, cujos “benefícios” poderiam estar ao alcance de todos, se pelo menos fosse possível diminuir o “abismo digital.” [2]

Sociedade do conhecimento

A noção de “sociedade do conhecimento” (*knowledge society*) surgiu no final da década de 90. É empregada, particularmente, nos meios acadêmicos como alternativa que alguns preferem à “sociedade da informação”.

A UNESCO, em particular, adotou o termo “sociedade do conhecimento” ou sua variante “sociedades do saber” dentro de suas políticas institucionais. Desenvolveu uma reflexão em torno do assunto que busca incorporar uma concepção mais integral, não ligada apenas à dimensão econômica. Por exemplo, Abdul Waheed Khan (subdiretor-geral da UNESCO para Comunicação e Informação), escreve [3]: *“A Sociedade da Informação é a pedra angular das sociedades do conhecimento. O conceito de “sociedade da informação”, a meu ver, está relacionado à idéia da “inovação tecnológica”, enquanto o conceito de “sociedades do conhecimento” inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de “sociedades do conhecimento” é preferível ao da “sociedade da informação” já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. (...) o conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade”.*

Um detalhe neste debate, que apenas diz respeito aos idiomas latinos, é a distinção entre “conhecimento” ou “saber” (em inglês, ambos são traduzidos como “knowledge society”). A noção de “saberes” implica certezas mais precisas ou práticas, enquanto que conhecimento abarca uma compreensão mais global ou analítica. André Gorz considera que os conhecimentos se referem aos *“conteúdos formalizados, objetivados, que não podem, por definição, pertencer às pessoas... O saber está feito de experiências e práticas que se tornaram evidências intuitivas e costumes”* [4]. Para Gorz, a “inteligência” abarca toda a gama de capacidades que permite combinar saberes com conhecimento. Sugere, então, que “knowledge society” seja traduzida por “sociedade da inteligência”.

Em todo caso, geralmente, neste contexto, utiliza-se indistintamente sociedade do conhecimento e do saber, embora em espanhol, pelo menos, conhecimento pareça ser mais comum.

Definições atuais: o estado-da-arte

É preciso diferenciar aqui aquelas definições que visam a caracterizar uma realidade existente ou emergente daquelas que expressam uma visão - ou desejo - de uma sociedade potencial. As duas têm sua relevância: as primeiras por sua contribuição à análise, as segundas porque orientam políticas e ações.

Na primeira categoria, vamos nos referir a Manuel Castells por ser um dos pesquisadores que mais –desenvolveram o assunto, além de ser autoridade reconhecida na matéria. Castells prefere o termo “sociedade informacional” que “sociedade da informação” (fazendo a comparação com a diferença entre indústria e industrial). Ele destaca que, embora o conhecimento e a informação sejam elementos decisivos em todos os modos de desenvolvimento, *“o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico”* [5].

A seguir explica: *“O que caracteriza a revolução tecnológica atual não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos”*. E observa: *“A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver. (...) Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção”* [6].

Com relação à sociedade do conhecimento, em uma publicação posterior, ressalta: *“trata-se de uma sociedade na qual as condições de geração de conhecimento e processamento de informação foram substancialmente alteradas por uma revolução tecnológica centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação”* [7].

Yves Courrier, referindo-se a Castells, diferencia os dois termos desta forma: “sociedade da informação” coloca a ênfase no conteúdo do trabalho (o processo de captar, processar e comunicar as informações necessárias), e “sociedade do conhecimento” nos agentes econômicos que devem possuir qualificações superiores para o exercício do seu trabalho [8].

Com respeito às opiniões, destacam-se os documentos originados da CMSI por serem resultados de um processo mundial. A Declaração de Princípios de Genebra [9], adotada pelos governos - com significativas contribuições da sociedade civil -, expressa em seu primeiro artigo:

“Nós (...) declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma Sociedade da Informação centrada na pessoa, integradora e orientada ao desenvolvimento, em que todos possam criar, consultar, utilizar e compartilhar a informação e o conhecimento, para que as pessoas, as comunidades e os povos possam empregar plenamente suas possibilidades na promoção do seu desenvolvimento sustentável e na melhoria da sua qualidade de vida, sobre a base dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Por sua vez, a Declaração da Sociedade Civil [10] estende sua visão sobre vários parágrafos, mas o essencial diz:

“Nós nos comprometemos a constituir sociedades da informação e da comunicação centradas nas pessoas, abrangentes e eqüitativas. Sociedades nas quais todos possam criar, utilizar, compartilhar e disseminar livremente informação e conhecimento, assim como ter acesso a eles para que indivíduos, comunidades e povos sejam habilitados para melhorar sua qualidade de vida e colocar em prática todo seu potencial”. Depois, esta Declaração acrescenta os princípios de justiça social, política e econômica, e da plena participação e habilitação dos povos; destaca os objetivos de desenvolvimento sustentável, democracia e igualdade de gênero; e evoca sociedades onde o desenvolvimento se enquadre nos direitos humanos fundamentais e esteja orientado para alcançar uma distribuição mais eqüitativa dos recursos.

Debates em curso

Uma das metas estabelecidas na convocatória da primeira fase da CMSI era, justamente, a de desenvolver uma visão comum da sociedade da informação. Ainda que boa parte das delegações governamentais e do setor privado desse pouca importância a este aspecto, para muitas organizações da sociedade civil, tratava-se de um aspecto-chave, pois aí acontecia a discussão sobre os sentidos, colocando em evidência a confrontação de projetos de sociedade.

De fato, - pelo menos - dois enfoques distintos cruzaram todo o processo e que, de modo geral, podem ser resumidos como segue : Para o primeiro enfoque, falar de sociedade da informação refere-se a um novo paradigma de desenvolvimento, que atribui à tecnologia um papel causal no sistema social, situando-a como motor do desenvolvimento econômico.

Para os países em desenvolvimento, a implicação deste discurso é que a transição para a sociedade da informação é essencialmente uma questão de tempo, e de decisão política para criar as “condições habilitadoras” adequadas [12]. Algo parecido aconteceria com relação aos setores sociais afetados pelo abismo digital, que teriam de ser incluídos, por meio de programas de acesso universal.

Ao colocar a tecnologia no centro deste modelo, a indústria de telecomunicações aparece como a chamada para liderar seu desenvolvimento; enquanto que a indústria produtora de serviços e conteúdos digitais assume uma influência inédita [13].

No segundo enfoque, que refutou este primeiro no transcurso da Cúpula, entende que a nova etapa do desenvolvimento humano, na qual estamos entrando, se caracteriza pelo predomínio que alcançaram a informação, a comunicação e o conhecimento na economia e no conjunto de atividades humanas. Sob a perspectiva deste enfoque, a tecnologia é o suporte que desencadeou uma aceleração deste processo; mas não é um fator neutro, nem seu rumo é inexorável, posto que o próprio desenvolvimento tecnológico seja orientado por jogos de interesses.

Nesta perspectiva, as políticas para o desenvolvimento da sociedade da informação devem ser centralizadas nos seres humanos, conforme suas

necessidades e dentro de um contexto de direitos humanos e justiça social [14]. Os países em desenvolvimento e os atores sociais deveriam ter um papel-chave na orientação do tal processo e das decisões.

Em outras palavras, para este segundo enfoque, o fundamental não é “informação”, mas “sociedade”. Enquanto a primeira faz referência a dados, canais de transmissão e espaços de armazenagem, a segunda fala de seres humanos, de culturas, de formas de organização e comunicação. A informação é determinada conforme a sociedade, e não ao contrário.

Por isso, a Campanha pelos Direitos para a Comunicação na Sociedade da Informação (CRIS), ressalta no documento sobre a CMSI, “*A Pergunta para a Sociedade Civil*” [15]:

“Se a sociedade civil adotar e resgatar a noção de uma sociedade da informação, deverá retornar a estas noções básicas, propondo as perguntas corretas:

► *Quem gera e possui a informação e o conhecimento? De que maneira está valorizado?*

► *De que maneira o conhecimento é difundido e distribuído? Quem são os guardiões?*

► *O que limita e facilita o uso do conhecimento por parte das pessoas para alcançar suas metas? Quem está melhor e pior posicionado para aproveitar este conhecimento?”*

Formulações alternativas em debate

Dado o predomínio adquirido pelo termo “sociedade da informação”, as formulações alternativas tendem a tomar esta como referente para se demarcar. Uma primeira objeção tem a ver com a palavra “sociedade” no singular, como se fosse o caso de uma sociedade mundial uniforme. Propõe-se como alternativa falar de “sociedades” (no plural) da informação ou do conhecimento. Vários documentos da UNESCO se referem às “sociedades do conhecimento” (ou do saber). Esta idéia foi tomada por membros da sociedade civil da Cúpula que adotaram o termo “sociedades” em seus documentos de consenso.

Com relação à “informação”, o argumento levantado por Antonio Pasuali (2002) teve bastante repercussão dentre a sociedade civil na Cúpula [16]: *“Informar denota essencialmente mensagens unidirecionais causativas e ordenadoras com tendência a modificar o comportamento de um receptor passivo; Comunicar, a inter-relação de mensagens relacionais, dialógicas e socializantes entre interlocutores igualmente habilitados para uma livre e simultânea recepção/emissão. Se a Informação tende a dissociar e hierarquizar os pólos da relação, a Comunicação tende a associá-los; só Comunicação pode fazer nascer a estruturas sociais”*. (Ênfase da autora).

E, de fato, os documentos de consenso da sociedade civil adotaram a fórmula “sociedades da informação e da comunicação” para se demarcar da visão tecnocêntrica presente no discurso oficial, sem perder a referência ao

tema da Cúpula. Poder-se-ia considerar que esta opção foi um gesto importante no contexto da CMSI; mas não deixa de ser uma formulação pesada para o uso corrente.

Com respeito ao debate em torno da “sociedade do conhecimento”, quem o defende considera que evoca, justamente, uma visão mais integral e um processo essencialmente humano. Outros, contudo, se opõem pela associação com o conceito dominante, que reduz o conhecimento à sua função econômica (a noção, por exemplo, do “knowledge management” nas empresas, que sugere essencialmente como obter e tirar proveito dos conhecimentos dos seus empregados); o que valoriza somente o tipo de conhecimento supostamente objetivo, científico e digitalizável em deterioração daqueles que não o são.

Uma variante interessante, que surgiu no contexto dos debates sobre a CMSI, embora tivesse pouca repercussão no processo, é a de “sociedade(s) do saber compartilhado” ou “dos saberes compartilhados”.

Foi proposta, entre outros, por Adama Samassékou, (na época, presidente do bureau CMSI), que disse da sociedade da informação: *“É importante compreender o que cobre este conceito: não se trata tanto de uma informação que se difunde e se compartilha como de uma sociedade na qual se quer comunicar de outra maneira e compartilhar um saber. Trata-se, pois, de uma sociedade do saber compartilhado e do conhecimento”* [17].

Definições alternadas

O conceito de “sociedade da informação”, nascido sob os preceitos da globalização neoliberal, subentende que, daqui para frente, serão as “revoluções tecnológicas”, as que determinam o rumo do –desenvolvimento; os –conflitos sociais seriam coisas do passado. Por isso mesmo, este conceito não é o mais adequado, nem para qualificar as novas tendências das sociedades, nem muito menos para descrever um projeto contra-hegemônico de sociedade.

Nossa proposta é que, mais além de debater o apropriado de tal ou qual termo, o fundamental é refutar e deslegitimar qualquer termo ou definição que reforce esta concepção tecnocêntrica da sociedade.

Não pretendemos aqui propor uma fórmula alternativa, mas sim colocar em consideração alguns critérios para alimentar o debate.

Primeiro, acolhemos a noção de que qualquer referência às “sociedades” deva ser no plural, reconhecendo a heterogeneidade e diversidade das sociedades humanas. Isso implica também reafirmar o interesse de que cada sociedade se aproprie das tecnologias para suas prioridades particulares de desenvolvimento e não que deva se adaptar a elas para poder fazer parte de uma suposta sociedade da informação pré-definida.

Segundo, afirmamos que qualquer definição que use o termo “sociedade” não pode descrever uma realidade circunscrita à Internet ou às TIC. A Internet pode ser um novo cenário de interação social, mas essa interação é estreitamente integrada ao mundo físico, e os dois âmbitos se transformam mutuamente.

E, por último, apostamos em um projeto de sociedade onde a informação seja um bem público, não uma mercadoria, a comunicação um processo participativo e interativo, o conhecimento uma construção social compartilhada, não propriedade privada, e as tecnologias um suporte para tudo isso, sem que se convertam em um fim em si.

29 de Maio de 2006



Este texto é extraído do livro ***Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação***. Coordenado por Alain Ambrosi, Valérie Peugeot e Daniel Pimienta, este livro foi publicado em 5 de novembro de 2005 por [C & F Éditions](#). O texto é publicado por licença **Creative Commons Atribuição; não é autorizado uso comercial**.